

A Valorização Social e Económica dos Recursos dos Territórios Rurais no Contexto das Sociedades Modernas

Aida Valadas de Lima*

Resumo: A partir de uma reflexão em torno dos processos de revalorização social do rural nas sociedades modernas contemporâneas problematizam-se, neste artigo, as diferentes e possíveis modalidades de transformar o rural em laboratório de experimentação em matéria de inovação social através, designadamente, da “maximização” do carácter multifuncional da agricultura e do espaço rural, enquanto elemento-chave do desenvolvimento agrícola e rural sustentável. Tomando como pano de fundo a questão da valorização social, económica e ambiental dos recursos materiais e imateriais dos territórios rurais no contexto das sociedades modernas e tendo por referência a situação empírica português, caracterizam-se os processos de construção social da ruralidade entre 1926 e os nossos dias – identificados que são por uma construção social do rural e da ruralidade marcada, no essencial, pela percepção social do rural enquanto categoria ambiental –; analisa-se o processo de ambientalização da agricultura e do espaço rural; discute-se a problemática sociológica subjacente à articulação entre agricultura, espaço rural e ambiente e políticas de desenvolvimento rural. Conclui-se pela importância de contemplar as variadas questões que se encontram explicitamente associadas à abordagem sociológica dos processos de desenvolvimento, discutindo-se, ainda, a necessidade de uma mudança de perspectiva, quer por parte dos *policy makers*, quer por parte dos restantes actores sociais, relativamente à relação entre desenvolvimento socioeconómico e preservação ambiental.

Palavras-chave: Construção Social da Ruralidade; Revalorização Social e Ambiental do Rural; Multifuncionalidade da Agricultura e do Espaço Rural; Desenvolvimento Agrícola e Rural Sustentável.

Introdução

Tem este artigo por objectivo essencial reflectir sobre os processos de revalorização social do rural nas sociedades modernas contemporâneas. Para a reflexão proposta tomaremos como fio condutor três tópicos, a saber: 1) breve historial do processo de construção social da ruralidade, no qual procuraremos capturar as diferentes fases por que terá passado a construção da ruralidade em Portugal, entre 1926 e os nossos dias; 2) análise, ainda que sucinta, da actual fase por que tem passado a construção social do rural, marcada que é, essencialmente, pela percepção social do rural

enquanto categoria ambiental; 3) breve incursão sobre as modalidades possíveis de transformar o rural em laboratório de experimentação em matéria de inovação social através, designadamente, da “maximização” do carácter multifuncional da agricultura e do espaço rural, enquanto elemento-chave do desenvolvimento agrícola e rural sustentável. Nesta matéria, discutiremos, ainda, até que ponto o relativo atraso económico do país pode constituir um conjunto de “vantagens comparativas” para o reequacionamento de estratégias de desenvolvimento rural e agrícola em Portugal, ainda que sob a batuta da União Europeia.

* Socióloga, Docente do ISCTE e Investigadora Associada Sénior do ICS da Universidade de Lisboa. Contacto: aida.valadas@ics.pt

A construção social da ruralidade

Com base essencialmente nas referências bibliográficas disponíveis sobre a matéria, das quais nos permitimos destacar o trabalho de Inês Mansinho e Luísa Schmidt (Jollivet, M, 1997), passemos em revista, ainda que muito resumidamente, as diferentes fases por que tem passado a construção social da ruralidade em Portugal.

No plano económico e social, o rural esteve, durante muito tempo, intimamente ligado à actividade agrícola. O rural era, então, entendido como sinónimo de subdesenvolvimento e de imobilismo. No plano ideológico e simbólico, a representação social do rural, inequivocamente dominante durante boa parte do regime de António de Oliveira Salazar, traduzia-se na de guardião da família tradicional – a família percebida como uma instituição com músculo, disciplina e religiosidade encontrava-se em meio rural – e na permanência dos valores morais transmitidos de geração em geração.

O rural era, em suma, encarado enquanto “reserva moral da Nação” e visto como sinónimo de harmonia social e com a natureza. Esta representação do rural, tão cara ao Estado Novo, era uma das imagens de marca da concepção ideológica e política do regime. Traduziu-se, entre outras iniciativas, relembre-se, pelo concurso “A Aldeia mais Portuguesa de Portugal”, realizado em 1938 e promovido por um dos intelectuais de serviço do regime, António Ferro.

No final do regime salazarista e durante o período marcelista, o rural e, em particular, a agricultura, são equacionados como necessitando de encetar um processo de modernização económica. Esta representação do rural e da agricultura foi, ainda que em moldes diferentes, como que reinventada mais tarde, no âmbito das medidas produtivistas da então Política Agrícola Comum (PAC), designadamente aquando da aplicação do Regulamento CEE n.º 797/86.

No pós-25 de Abril de 1974, o rural perde a sua força simbólica, cedendo o seu lugar, no universo simbólico de então – apesar das conquistas democráticas dos trabalhadores agrícolas assalariados e dos pequenos agricultores (veja-se, designadamente, a legislação sobre o Arrendamento Rural) – a uma ideologia que valorizava, sobretudo, a vida industrial e urbana.

A representação social do rural no Portugal actual está, por variadas razões – desde as económicas às ambientais –, cada vez mais associada à função de reserva ambiental. De facto, o paralelismo “o ambiente é a natureza e a natureza é o rural” (Jollivet, 1991) é uma equação citadina que vem ganhando crescente expressão. Os conceitos de natureza e de paisagem identificam-se, nas sociedades modernas contemporâneas, com o “mundo rural”. Esta visão do rural traduz-se por uma redefinição da ruralidade (Mormont, 1987).

A ruralidade é, então, entendida como um princípio de organização e um sistema de valores, que, a par com a visibilidade social das questões ambientais, se reforça na componente do que podemos designar por reserva de qualificação ambiental. São os grupos sociais urbanos ou urbanizados os principais portadores desta redefinição social da ruralidade que não se esgota na dimensão ambiental, antes transporta também dimensões de defesa do património e da cultura rurais (Lima, 1990 e Reis e Lima, 1999).

Se esses grupos sociais e, por vezes menos claramente, o Estado, são cada vez mais portadores de uma visão “estética” da natureza e do próprio rural; os rurais, por seu turno, e os agricultores, em particular, detêm da natureza uma representação “utilitária” (Figueiredo, 1996). O confronto entre estas noções de natureza está, ou pode estar, na origem de impasses ou de tendências mais ou menos “folclorizantes” patentes em muitas das propostas de desenvolvimento rural. O mesmo é dizer que estas representações antagónicas da natureza são susceptíveis de pôr em confronto interesses, necessidades e aspirações de vários agentes económicos e sociais, instituições e entidades oficiais. Voltaremos a esta questão...

Por ora referir que, se a ruralidade em Portugal, em termos dominantes, até meados dos anos 80, se prendia com o exercício directo ou indirecto (por via, designadamente das redes familiares) da actividade agrícola, sob formas e modalidades económica e socialmente heterogéneas (Lima, 1990), hoje o rural constitui, para uma franja crescente de cidadãos e para o próprio Estado, uma categoria diferente. A revalorização social e simbólica do rural, através do regresso à natureza e da necessidade de a preservar inscreve-se, então, nas transformações socioeconómicas e políticas dos últimos anos e reforça-se por via da introdução

da problemática agro-ambiental e do ambiente rural, com a tradução e aplicação das designadas Medidas de Acompanhamento da Reforma da Política Agrícola Comum (PAC), a partir de 1992 nos países da Europa Central e do Norte e a partir de 1994 em Portugal.

Do conjunto destas medidas, destaque-se o Regulamento CEE n.º 2078/92 cujo âmbito se viu reforçado, quer territorialmente, quer orçamentalmente, pela reforma da Reforma da PAC ou Agenda 2000.

Tomando os resultados de uma linha de investigação que é ainda relativamente recente em Portugal e que, genericamente, se pode enunciar por “Agricultura, Espaço Rural e Ambiente” (Patrício e Lima, 2002; Whitby e Lowe, 1996; Floor e Lowe, 1999; Lowe, 2000; Caldas, 1998) é possível destacar algumas questões passíveis de orientar a reflexão e o debate em torno da relação entre ambiente rural e futuro das sociedades rurais. É na eventual especificidade da situação portuguesa nesta matéria que, porventura, se torna de particular interesse articular as referidas dimensões: ambiente rural e futuro das sociedades rurais.

São duas as questões que, em nosso entender, podem concorrer para balizar, nas actuais condições sociais e ecológicas, a reflexão em torno do desenvolvimento dos espaços rurais em Portugal:

- 1) As transformações socioeconómicas que conduziram à passagem do rural de função de reserva de força de trabalho, mais do que de função alimentar e de fornecimento de matérias-primas (Barros, 1990), à função de “guardião da natureza”;
- 2) O sentido e evolução das representações sobre o ambiente e a natureza por parte da população em geral e dos actores sociais e institucionais responsáveis pelos processos de desenvolvimento.

Sem pretender uma análise exaustiva das transformações recentes da agricultura e do espaço rural em Portugal – não é esta ocasião para tal –, podemos dizer que os problemas ambientais são resultado da utilização excessiva (agrícola ou outra) dos recursos naturais e, em alguns casos, do abandono e desertificação física nas regiões rurais deprimidas. Quando as questões ambientais se colocam e a agricultura perde o seu estatuto de “estado de graça” face aos seus efeitos sobre o ambiente, elas assumem um duplo aspecto: o de

problema ambiental, por um lado, e o de futuro das sociedades rurais, por outro (Lowe *et al.*, 1999).

A articulação, nem sempre pacífica, entre agricultura e ambiente tem sido conceptualizada com recurso a dois modelos (Lowe, Philip, 1999):

- 1) O modelo do “impacte”, segundo o qual os impactes ambientais negativos são directamente associados ao uso de *inputs* de origem industrial – adubos, pesticidas e fertilizantes. Este modelo assume que a agricultura age contra o ambiente. O respectivo corolário é o de que as políticas conducentes à melhoria do ambiente devem restringir a actividade agrícola de tipo intensivo;
- 2) O modelo do “bem público”, segundo o qual os atributos ambientais tomam a forma de bens públicos (as paisagens de pastorícia mantidas pelos sistemas tradicionais de forragem, por exemplo). Este modelo assenta em sistemas de agricultura ou práticas agrícolas que, ao co-evoluírem com o ambiente durante um largo período de tempo, conduziram à existência de uma inter-relação entre as características do ambiente e certos tipos de agricultura. O respectivo corolário é então o da existência de uma relação positiva, ainda que complexa e indeterminada, entre a agricultura (leia-se certas práticas agrícolas tradicionais e/ou extensivas) e o ambiente.

As implicações políticas decorrentes dos dois modelos são substancialmente diferentes entre si. Enquanto que o modelo do “impacte” prefigura uma política de diminuição dos efeitos poluentes da agricultura intensiva, o modelo do “bem público” pugna por uma política de manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais e/ou extensivos e por uma política de incremento dos resultados não mercantis da agricultura, políticas que se traduzem, maioritariamente, na ideia da conservação da paisagem e dos habitats. Claro está que estes dois modelos não são propriamente antagónicos, podendo coexistir no tempo e no espaço.

Em Portugal, a questão da relação entre agricultura e ambiente emerge com a introdução das medidas agro-ambientais e é mediada pelo sistema de produção agrícola dominante. De facto,

a transposição do Regulamento CEE n.º 2078/92 levada a cabo pelo Ministério da Agricultura, dando ênfase às medidas relativas à manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais e extensivos, reforçou a ideia de que a agricultura portuguesa não era significativamente danosa para o ambiente. A introdução da problemática agro-ambiental em Portugal ter-se-á, deste modo, ancorado em duas ideias-chave, a saber:

- 1) A ideia de que a modernização da agricultura era um processo inacabado;
- 2) A ideia de que agricultura e ambiente são complementares entre si.

A primeira ideia sugere: ora a intensificação da produção agrícola com as respectivas consequências negativas para o ambiente; ora a introdução de formas de produção agrícola alternativas tais como, luta química aconselhada, agricultura de protecção e produção integradas, agricultura biológica, apontando para um processo de modernização ecológica das práticas agrícolas.

A segunda ideia, por seu turno, radica na preservação e manutenção da sociedade rural, tão tendencialmente camponesa quanto possível, enquanto condição necessária e suficiente da fruição do rural e da natureza, por parte da população cidadina (Ehlert e Bruckmeier, 2002).

O Processo de ambientalização da agricultura e do espaço rural

Quando se dá a transposição para Portugal do Regulamento CEE n.º 2078/92, o modo como os diferentes actores-chave nela implicados interpretaram a política agro-ambiental reflectiu o jogo político e o debate social face ao novo contexto de mudança de orientações políticas e económicas.

A “comunidade” agrícola tendeu a atribuir pouca ou nenhuma importância às questões ambientais. Os problemas da poluição agrícola foram largamente minimizados. A percepção detida pelas duas Associações de Agricultores – a Confederação da Agricultura Portuguesa (CAP) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) –, ainda que com nuances entre si, é fortemente tributária da ideia da especificidade da agricultura portuguesa, que, segundo aquelas associações, não partilha dos problemas ambientais da agricultura intensiva dos países do Norte e Centro da Europa.

O discurso dominante foi o da relativa harmonia entre agricultura e ambiente.

A Confederação da Agricultura Portuguesa (CAP) identifica os problemas ambientais com a erosão do solo e o insuficiente fornecimento de água. Estes problemas são, frequentemente, relacionados com a perda de produtividade, quer da terra, quer do trabalho; as questões ambientais surgem articuladas com questões de produtividade agrícola, estando-se perante um discurso produtivista de modernização agrícola.

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA), por seu turno, identificou a desertificação física e o despovoamento como os principais problemas económicos, sociais e ambientais, agrícolas e rurais. O despovoamento e o processo de desertificação contribuem, segundo os dirigentes da CNA, para o problema dos incêndios florestais e para a destruição dos habitats e da cultura local. A posição da CNA salda-se, conseqüentemente, pela defesa da agricultura tradicional e, por essa via, pela defesa do ambiente rural, fazendo, aliás, jus aos interesses dos seus associados (pequenos agricultores e rendeiros). Esta associação de agricultores assume um discurso ruralista, cujos contornos o aproximam do que poderemos designar por discurso neo-ruralista.

A Associação de Jovens Agricultores de Portugal (AJAP), associada da CAP, manifesta um crescente interesse pela agricultura biológica e de protecção e produção integradas, em detrimento da agricultura convencional.

A Agrobio, a associação dos agricultores e consumidores biológicos, é a única associação a, claramente, reconhecer e salientar os danos da poluição agrícola resultantes, quer da agricultura intensiva, quer do uso incontrolado de adubos e pesticidas por parte da agricultura tradicional.

Os grupos ambientalistas tendem a subvalorizar os danos ambientais resultantes da agricultura, concentrando-se nos problemas ambientais resultantes da indústria e dos crescentes e caóticos processos de urbanização. Ainda que apresentando nuances entre si, podemos, todavia, afirmar que a preocupação dos ambientalistas com a agricultura deriva, em última instância, da sua preocupação com a conservação da natureza. Isto é sobretudo verdade no que à Liga da Protecção da Natureza (LPN) diz respeito. O discurso dominante a este propósito apresenta dois aspectos, a saber: por um

lado, o reconhecimento da importância da agricultura tradicional para fins ambientais e, por outro, o reconhecimento de que este tipo de agricultura não é por si só suficiente para a preservação dos recursos naturais. Este discurso tem suscitado alguns conflitos com os agricultores: veja-se o caso da aplicação da Rede Natura 2000.

A nível do Estado, o Ministério da Agricultura foi, e em boa medida continua a ser, o principal actor institucional no campo da política agro-ambiental.

Em suma, a fraqueza relativa das associações de agricultores, das associações ambientalistas e do próprio Ministério do Ambiente, que só mais recentemente se instituiu como protagonista na cena agro-ambiental, não tem inflectido significativamente o papel chave do Ministério da Agricultura no processo de ambientalização do sector agrícola (Lowe *et al.*, 2000). Tal facto não deixará de acarretar consequências negativas para a necessária negociação social em torno da consolidação da função de qualificação ambiental do espaço rural, promovida, neste caso, pelo processo de ambientalização da agricultura.

A problemática da articulação agricultura/ambiente surge em Portugal, como já referido, com a introdução da legislação europeia sobre as medidas agro-ambientais, tendendo, mais recentemente, a alargar-se, incluindo outras temáticas e outros programas, por via, designadamente, da consideração das específicas condições económicas e sociais locais, das questões referentes à floresta e das que derivam da aplicação da Rede Natura 2000. Alarga-se, ainda que a velocidade de cruzeiro, o leque de protagonistas envolvidos em matérias subjacentes à problemática da articulação agricultura/ambiente.

O discurso actual, todavia, parece ainda reflectir a tentativa de ultrapassar o impasse que o país mantém no que se refere às suas relações com a natureza. É um discurso que se caracteriza por se encontrar entre um “registo naturalista” e um “registo produtivista”.

Do passadismo à inovação social

As novas concepções do desenvolvimento rural partem da redescoberta da multifuncionalidade dos espaços rurais e da agricultura, em particular, apontando claramente para a diversificação econó-

mica assente na valorização dos recursos materiais e imateriais dos territórios rurais.

A construção de uma ruralidade que integre novas noções de protecção da natureza e da paisagem articula-se, hoje, com o reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura e do espaço rural, a qual, por sua vez, tem correspondente numa procura por parte da sociedade. Esta perspectiva pode conduzir a uma modernização ecológica da agricultura e do espaço rural, ou, pelo contrário, traduzir-se num “mero voto pio” com a agravante de não resolver, em tempo económica, social e ambientalmente útil, os principais problemas ambientais de origem agrícola, bem como os do desenvolvimento daqueles espaços.

A reflexão em torno da problemática da articulação entre agricultura, espaço rural e ambiente e políticas de desenvolvimento rural não pode deixar de contemplar duas questões que se encontram explicitamente associadas à abordagem sociológica dos processos de desenvolvimento. São elas:

- 1) Do lugar do poder político: a questão relativa à consistência e ênfase do interesse colectivo investido nos processos de revalorização económica e social do rural. Por outras palavras: o que é que a sociedade portuguesa pretende com e para o seu espaço rural?
- 2) Do lugar do rural: a questão relativa à necessidade de contemplar as expectativas e aspirações económicas e sociais das populações locais e, de entre estas, as dos agricultores. Por outras palavras: equacionar como indispensável chamar e ouvir os habitantes dos espaços rurais sobre o seu próprio destino, ainda que este, em parte, se venha a reger pela batuta da UE, através de interposta instituição – o Estado português.

Os desafios essenciais que se colocam passam, então, por: a) lograr obter uma vontade e estratégia políticas capazes de accionarem todos os mecanismos conducentes à maximização económica, social e, bem assim, ambiental, da tão proclamada multifuncionalidade da agricultura e do espaço rural; b) lograr encontrar vias de desenvolvimento rural que, no contexto das actuais políticas europeias, envolvam novas soluções de modernização da agricultura e do espaço rural que “beneficiem”, *soit disant*, do atraso relativo das

sociedades rurais do Sul da Europa; c) lograr promover a participação dos vários actores sociais envolvidos nos processos de mudança social em causa (Reis e Lima, 1999).

Se bem que a política agrícola e rural portuguesa seja tributária da política europeia, é necessário balizar uma política nacional que procure tirar partido das vantagens comparativas do nosso atraso económico, designadamente as que resultaram da existência de sistemas de agricultura que não imprimiram a sua marca negativa no ambiente, ainda que tal tenha acontecido mais por inércia do que por uma qualquer estratégia de conservação da natureza e dos recursos naturais. A manutenção da importância relativa de práticas tradicionais e/ou extensivas reveste-se então, sobretudo no quadro das últimas reformas da PAC, de algumas vantagens que importa potenciar. De facto, tais práticas podem, por um lado, contribuir para evitar que se operem rupturas nos equilíbrios ainda existentes entre actividade agrícola, ambiente e comunidade rural e, por outro, vir a consubstanciar plataformas de exercício e expressão da multifuncionalidade do espaço rural, com o concurso da agricultura.

Equacionar uma estratégia de desenvolvimento sustentável das áreas rurais portuguesas, passa, ainda, por contemplar “a construção de uma nova relação rural-urbano, desenvolvida na óptica dos espaços rurais, (que) poderá assentar em dois objectivos de âmbito geral: 1) Consolidar relações de proximidade mutuamente benéficas e de natureza sinérgica, em detrimento de relações assimétricas e predadoras do mundo rural; 2) Transformar as cidades em pontes efectivas entre as áreas rurais e o mundo exterior” (Ferrão, 2000, p. 49).

Do nosso ponto de vista, é então fundamental que se estabeleça e assuma que uma política pública de desenvolvimento rural deve constituir-se enquanto projecto societal de larga escala, capaz de veicular um conjunto de valores e princípios sociais orientadores de mudança. A inovação social é factor determinante e só se concretizará se contemplar uma visão holística e integrada do problema que inclua, ainda, uma vertente de cidadania participativa.

À guisa de conclusão

Articular ruralidade, agricultura e ambiente num quadro de desenvolvimento sustentável dos

espaços rurais, implica, como procurámos equacionar, contemplar um vasto conjunto de questões de inegável índole sociológica. O contributo analítico de uma sociologia do rural e da ruralidade, mais do que propriamente o de uma sociologia rural, como muito sugestivamente nos propõe Marc Mormont (Mormont, 1990), revela-se, então, essencial. Se não vejamos:

- 1) O que aferir da presumível disponibilidade dos portugueses, sobretudo dos cidadãos, para fruir do rural e da natureza?
- 2) O que significará, sociologicamente falando, o processo de ambientalização da agricultura e do rural num país como o nosso?
- 3) Qual o papel que desempenhará a necessidade de uma mudança de perspectiva por parte dos *policy makers*, no que respeita à relação desenvolvimento socioeconómico e preservação do ambiente?

Em relação à primeira questão, é necessário aprofundar o conhecimento sobre as principais vertentes da adesão dos portugueses a valores mais ecologicamente centrados, valores dos quais dependem, em boa medida, a aceitabilidade e disponibilidade sociais para processos de ambientalização da agricultura e do rural. Se é verdade que a postura ecológica dos portugueses apresenta hoje vertentes do que podemos designar por um antropocentrismo actualizado à luz das condições económicas, sociais e ambientais actuais (Almeida, 2000; Almeida, 2004), será que esta postura se configura na defesa da paisagem agrícola e rural e da natureza para salvaguarda das gerações futuras ou, pelo contrário, se manifesta pela ideia – potenciada pela percepção das más condições ambientais gerais – de preservação do mundo que “perderam” – qual Éden do qual teriam sido expulsos?

Enquanto a primeira hipótese aponta para uma perspectiva que traduz a necessidade de propiciar condições para um desenvolvimento sustentável dos espaços rurais, a segunda pode, facilmente, vir a desembocar em projectos mais ou menos passadistas de museificação do rural, ao invés de iniciativas de inovação económica e social, capazes de promover o pretendido desenvolvimento sustentável.

A segunda questão atrás enunciada convoca, por seu turno, a perenidade da maior ou menor

apetência da população portuguesa para consumir e fruir o rural, questão que não deixará, por certo, de ser função, por um lado, da evolução das condições económicas do país e, por outro, da maior ou menor capacidade com que os actores sociais rurais, sobretudo os agricultores, se apresentarem para protagonizar, com êxito, os referidos processos de ambientalização da agricultura e do espaço rural. De facto, abaixo de um determinado limiar demográfico e social na composição da comunidade rural, não há capacidade de aproveitamento económico das novas funções atribuídas hoje à agricultura e ao espaço rural e, portanto, de resistência aos inevitáveis processos de marginalização económica e social.

A terceira e última questão, não sendo condição suficiente, parece-nos, todavia, constituir ainda hoje condição necessária. A adesão à noção da importância da variável “ambiente” nos processos de desenvolvimento socioeconómico, por parte dos

protagonistas chave na evolução das condições ambientais nacionais e locais (industriais, agricultores, operadores de turismo, entre outros), é, por certo, fortemente tributária da “prova”. Da “prova” de que o ambiente se poderá instituir enquanto oportunidade económica. A assunção, por parte dos *policy makers* e, em alguma medida, por essa via, dos operadores económicos e da população em geral, de uma mudança de paradigma relativamente à relação entre crescimento económico e preservação ambiental que se traduza por perspectivar a defesa do ambiente enquanto oportunidade e não constrangimento, concorrerá para, no que à agricultura e ao espaço rural, em particular, diz respeito, pôr em prática as respectivas “vantagens comparativas”, ligadas a condições ambientais menos desfavoráveis, por comparação com as agriculturas e espaços rurais de países da Europa do Norte e do Centro.

Bibliografia

- ALMEIDA, João Ferreira de (org.) (2000), *Os Portugueses e o Ambiente. I Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Celta, Oeiras.
- ALMEIDA, João Ferreira de (org.) (2004), *Os Portugueses e o Ambiente. II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Celta, Oeiras.
- BARROS, Afonso de (1990), “Espaço e Sociologia Rural”, *Sociologia. Problemas e Práticas*, n.º 8, ISCTE, Lisboa.
- BILLAUD, Jean-Paul, Florence Pinton, Karl Bruckmeier, Christof Riegert, Teresa Patrício e Aida Valadas de Lima (2002), “Agricultural Development in the European Context”, in: Bruckmeier e Wiking Ehlert (eds.), *The Agri-Environmental Policy of the European Union. The Implementation of the Agri-environmental Measures within the Common Agricultural Policy in France, Germany and Portugal*, Peter Lang, Europaischer Verlag der Wissenschaften, Frankfurt Main.
- BILLAUD, Jen-Paul, Florence Pinton, Karl Bruckemeier, Christof Riegert, Tera Patrício e Aida Valadas de Lima (2002), “Agriculture and Environment in Three Countries – A Comparison”, in: Bruckmeier, Karl e Wiking Ehlert (eds.), *The Agri-Environmental Policy of the European Union. The Implementation of the Agri-environmental Measures within the Common Agricultural Policy in France, Germany and Portugal*, Peter Lang, Europaischer Verlag der Wissenschaften, Frankfurt Main.
- CALDAS, João Castro (1998), “Portugal”, in: Bouwer, Floor e Philip Lowe (ed.), *CAP and Rural Environment in Transition. A Panorama of National Perspectives*, Wageningen Pers, Wageningen, pp. 285-302.
- FERRÃO, João (2000), “Relações entre Mundo Rural e Mundo Urbano: Evolução Histórica, Situação Actual e Pistas para o Futuro”, *Sociologia. Problemas e Práticas*, n.º 33, ISCTE, Lisboa.
- FIGUEIREDO, Elizabete (1996), “«Verdes são os campos...». O Mundo rural como Reserva de Qualificação Ambiental”, in: AA.V. (1996), 5.ª *Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente*, Vol. I, Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro.
- FLOOR E LOWE, Philip (ed.) (1999), *Cap Reform and the Environment*, CABI Publishing, London/New York.
- JOLLIVET, Marcel (1991), *Du Rural à l'Environnement. La Question de la Nature Aujourd'hui*, L'Harmattan, Paris.
- LIMA, Aida Valadas de (1990), “Agricultura de pluriactividade e integração espacial”, *Sociologia. Problemas e Práticas*, n.º 8, ISCTE, Lisboa.
- LOWE, Philip; Brendan Flynn; Fleming Just; Aida Valadas de Lima; Teresa Patrício e Andrea Povellato (1999), *National Perspectives on the Greening of the CAP: a Comparative Analysis*, University of Newcastle Upon-Tyne, UK.
- LOWE, Philip (2000), *Integrating the Environment into CAP Regimes*, University of Newcastle Upon-Tyne, UK.
- LOWE, Philip; Brendan Flynn; Fleming Just; Aida Valadas de Lima; Teresa Patrício e Andrea Povellato (2000), “National Cultural and Institutional Factors in Cap and Environment”, in: Floor Brouwer e Philip Lowe (2000) (ed.), *CAP Regimes and the European Countryside*, CABI Publishing, London/New York.
- MANSINHO, Inês e Luísa Schmidt, (1997), “Réinventer le Rural par l'Environnement” in: Jollivet, Marcel (ed.) (1997), *Vers un Rural Postindustriel. Rural et Environnement dans Huit Pays Européens*, L'Harmattan, Paris.
- MORMONT, Marc (1987), “Rural nature and urban nature”, *Sociologia Ruralis*, Vol. XXVII (1), Wageningen.
- MORMONT, Marc (1990), “Who is rural? Or, how to be rural: Towards a sociology of the rural”, in: Marsden, TERRY, Philip Lowe e Sarah Whatmore, *Rural Restructuring, Global Processes and Their Responses*, David Fulton Publishers, London.
- PATRÍCIO, Maria Teresa e Aida Valadas de Lima (2002), “The Agri-environmental Measures Confront Traditional Agriculture in Portugal”, in: Bruckmeier, Karl e Wiking Ehlert (eds.), *The Agri-Environmental Policy of the European Union. The Implementation of the Agri-environmental Measures within the Common Agricultural Policy in France, Germany and Portugal*, Peter Lang, Europaischer Verlag der Wissenschaften, Frankfurt Main.
- REIS, Manuela e Lima, Aida Valadas de (1999), “Desenvolvimento, Território e Ambiente”, in: Viegas, José Manuel e Costa, António Firmino da (ed.) (1999), *Portugal, que Modernidade?*, Celta Editores, Oeiras.
- WHITBY, Martin e Lowe, Philip (ed.) (1996), *The European Environment and CAP Reform Policies and Prospects for Conservation*, CAB International, London/New CAB International, London/New York.